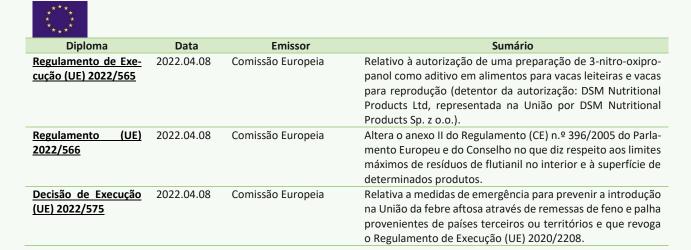


Folha Informativa SRADR

2022-04-08

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias



Governo dos Açores estabelece compromisso com o desenvolvimento da Graciosa no campo agrorural, afirma António

O Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura, sublinhou, em visita esta semana à Graciosa, o estabelecimento de compromissos "a curto, médio e longo prazo no âmbito do abastecimento de água, da melhoria dos caminhos e da produção de leite" na referida ilha.

"São compromissos que visam desenvolver a Graciosa e melhorar o rendimento dos agricultores, contribuindo para a melhoria da economia da ilha", realçou o titular da pasta da Agricultura.

Nesse sentido, o governante, que manteve encontros de trabalho com a Associação dos Agricultores da ilha Graciosa e com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, revelou que vai ser construída uma mini lagoa artificial, na zona dos Barreiros, numa cooperação entre os Serviços Florestais locais e a IROA, SA, tendo em vista uma maior oferta de água na ilha.

Outro dos assuntos em análise no decurso da visita do Secretário Regional à ilha Graciosa foi a recuperação do reservatório de água da zona do Pontal, atingido pelo mau tempo e que já se encontra em condições de fornecer água.

Na zona da Ribeirinha vai ser aberto um novo ponto de abastecimento de água, ao mesmo tempo que o executivo açoriano, em cooperação com a edilidade de Santa Cruz da Graciosa, vai proceder a uma intervenção no caminho da Esperança Velha, assim como ao estabelecimento da ligação da Água do Poço de Ratim à Água Pouca.

A conversão da produção de leite convencional em produção de leite mais natural, em pastagem ou biológica, foi outro dos pontos em análise entre António Ventura e a Associação Agrícola da Graciosa.



Folha Informativa SRADR 2022-04-08

Uma transformação, que segundo disse o governante, "está muito associada à Reserva da Biosfera da Graciosa", e que se pretende "provoque menos pressão no consumo de água; uma diminuição da carga animal na ilha, e a melhoria da qualidade de vida dos produtores".

Outra das problemáticas discutidas prende-se com o aumento da população de coelhos na ilha, que já está a provocar estragos ao nível das vinhas e das pastagens.

Assim sendo, sublinhou o governante, a Direção Regional dos Recursos Florestais já se encontra a avaliar a situação, prevendose em breve a abertura da caça ao coelho na Graciosa.

O transporte e a saída de animais vivos da ilha, foi ainda outra das preocupações que os produtores levaram a António Ventura, e do qual receberam a garantia que será analisada em conjunto com o Secretário Regional dos Transportes.

Fonte - Governo dos Açores estabelece compromisso com o desenvolvimento da Graciosa no campo agrorural, afirma António Ventura - Comunicação - Portal (azores.gov.pt)



República Portuguesa

Notícias



Portugal pede a Bruxelas "medida excecional de crise" para apoiar agricultores

A ministra da Agricultura reclamou hoje, no Luxemburgo, a adoção de uma "medida excecional de crise" para apoiar os agricultores, com a mobilização do fundo de desenvolvimento rural, face à crise vivida pelo setor.

A governante esteve hoje presente no Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas (Agrifish), no qual se discutiram temas como a segurança alimentar, resiliência dos sistemas alimentares e o mercado europeu dos produtos agrícolas.

Durante a sua intervenção, Maria do Céu Antunes defendeu "uma medida excecional de crise, que envolva a mobilização de dotações do fundo de desenvolvimento rural - FEADER", conforme apontou, em comunicado, o Ministério da Agricultura. Esta proposta foi apresentada no Agrifish por 13 Estados-membros.

A titular da pasta da Agricultura e Alimentação recordou a crise de mercado no setor agroalimentar, face à escalada do preço das matérias-primas e dos fatores de produção, "como é o caso da energia e das rações, agravado pelo efeito da seca e, agora, pela guerra na Ucrânia".

Neste sentido, destacou a necessidade da adoção de "medidas rápidas e consequentes", que assegurem a segurança alimentar ao nível da União Europeia.

Por outro lado, alertou para os possíveis efeitos negativos na produção, uma vez que as sementeiras de primavera-verão podem, face à incerteza da conjuntura, ver reduzida a área semeada.

Segundo a mesma nota, apesar da resposta da União Europeia, as medidas apresentadas para mitigar o impacto do aumento dos custos dos fatores de produção são "desequilibradas, insuficientes e incompletas".

O Ministério da Agricultura adiantou também que o comissário europeu responsável por esta pasta, Janusz Wojciechowski, comprometeu-se a apresentar uma proposta para a criação da medida excecional de crise.

Fonte - Portugal pede a Bruxelas "medida excecional de crise" para apoiar agricultores - Agroportal



Ministra da Agricultura e Alimentação defende criação de medida extraordinária de apoio aos agricultores no âmbito do desenvolvimento rural

A Ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes, participou hoje no Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas (Agrifish), no Luxemburgo, onde se discutiu a comunicação da Comissão Europeia relativa à segurança alimentar e resiliência dos sistemas alimentares e a situação do mercado europeu dos produtos agrícolas, nomeadamente na sequência da invasão da Ucrânia por parte da Rússia.



Folha Informativa SRADR 2022-04-08

Na sua intervenção, a Governante lembrou o período difícil que estamos a viver com a "situação de crise de mercado no setor agroalimentar, em resultado do aumento do custo de matérias-primas e dos fatores de produção, como é o caso da energia e das rações, agravado pelo efeito da seca e, agora, pela guerra na Ucrânia".

Dando nota para a necessidade de se "tomarem medidas rápidas e consequentes, que garantam a segurança alimentar na Europa", Maria do Céu Antunes alertou para os eventuais efeitos negativos na produção vegetal, já que as sementeiras de primavera-verão podem vir a sofrer uma redução de área semeada, decorrente da incerteza da atual conjuntura.

Segundo a Ministra, apesar da rápida resposta da União Europeia, as medidas, até agora apresentadas para mitigação dos efeitos do aumento dos custos dos fatores de produção, são "desequilibradas, insuficientes e incompletas e podem introduzir desequilíbrios entre os Estados-Membros".

Maria do Céu Antunes afirmou que é necessária "uma medida excecional de crise que envolva a mobilização de dotações do fundo do desenvolvimento rural – FEADER", uma proposta apresentada neste Conselho por 13 Estados-Membros e que reuniu um amplo consenso.

No final do Conselho, o Comissário Janusz Wojciechowski indicou ter tomado boa nota das preocupações dos Estados-Membros e que vai apresentar uma proposta legislativa com vista à criação de uma medida excecional de crise através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Fonte - Ministra da Agricultura e Alimentação defende criação de medida extraordinária de apoio aos agricultores no âmbito do desenvolvimento rural - Agroportal



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE



Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente ao seguinte PROJETO DE ATO:

Título: Segurança dos alimentos — controlos nas fronteiras (para produtos de origem animal e produtos compostos, com os respetivos códigos NC)

Sumário: Este ato de execução altera a lista de produtos de origem animal e de produtos compostos sujeitos a controlos oficiais nos postos de controlo fronteiriços, como previsto no Regulamento (UE) 2017/625 (regulamento relativo aos controlos oficiais). A lista alterada inclui os códigos da Nomenclatura Combinada para estes produtos.

Período para comentários: 7 de abril de 2022 a 5 de maio de 2022

Link: Segurança dos alimentos — controlos nas fronteiras (para produtos de origem animal e produtos compostos, com os respetivos códigos NC) (europa.eu)

ATENÇÃO: O PERÍODO PARA A APRESENTAÇÃO DE COMENTÁRIOS TERMINA HOJE, DIA 8 DE ABRIL

Título: Azeite - alteração das normas de comercialização

Sumário: Esta iniciativa harmonizará a atual legislação sobre as normas que o azeite deve satisfazer para poder ser vendido na UE (normas de comercialização) com o Tratado de Lisboa.

Além disso, suprimirá regras obsoletas e clarificará outras.

Período para comentários: 11 de março de 2022 a 8 de abril de 2022 Link: Azeite – alteração das normas de comercialização (europa.eu)



Folha Informativa SRADR 2022-04-08



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente ao seguinte CONVITE À APRESENTAÇÃO DE **INFORMAÇÕES**:

Título: Silvicultura: novo quadro europeu de acompanhamento e planeamento estratégico das florestas Sumário: O objetivo desta iniciativa é desenvolver um quadro de observação florestal à escala da UE, tendo em vista proporcionar um acesso livre a informações pormenorizadas, precisas, regulares e atempadas sobre o estado e a gestão das florestas europeias, bem como sobre os numerosos produtos e serviços ecossistémicos que as florestas fornecem. Estas informações servirão para tomar decisões assentes em dados sobre as florestas. Com esta medida, pretende-se fomentar a confiança do público na gestão florestal, fazer diminuir a exploração madeireira ilegal, incentivar e recompensar uma gestão florestal mais sustentável e apoiar a adaptação das florestas às alterações climáticas.

Período para comentários: 8 de abril de 2022 a 6 de maio de 2022

Link: Silvicultura: novo quadro europeu de acompanhamento e planeamento estratégico das florestas (europa.eu)



Outras Notícias da Comissão Europeia



Comissário da Agricultura sublinhou importância dos pequenos e médios agricultores

O Comissário da Agricultura afirmou, durante a inauguração das novas instalações da Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC), que "existe um mito na Europa e na opinião pública de que para a produtividade precisamos de explorações agrícolas industriais em grande escala. É absolutamente falso, as estatísticas demonstram que os grandes agricultores não são os líderes da produtividade, mas sim que os pequenos e médios agricultores usam uma pequena percentagem de terras agrícolas e produzem a maior parte da produção agrícola."

A CNA, representada na cerimónia, em Bruxelas, pelo dirigente Vítor Rodrigues, membro do Comité Coordenador da ECVC, valoriza este reconhecimento e acrescenta que para que possamos contar com o papel determinante da Agricultura Familiar é necessário agora que a União Europeia e o Governo português alterem o caminho que têm seguido em termos de políticas

A par das palavras de reconhecimento, é necessário adotar outras e melhores políticas agrorurais, nomeadamente no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), para valorizar os pequenos e médios agricultores que estão a viver enormes dificuldades para manter as suas explorações agrícolas, face aos aumentos brutais dos custos de produção. As políticas adotadas nas últimas décadas pela UE e por sucessivos Governos têm privilegiado a agricultura industrial orientada para a exportação e não só não resolveram as necessidades de segurança alimentar, como agravaram os défices agroalimentares e comprometeram a Soberania Alimentar dos povos.

Leia o Comunicado da ECVC:

No dia 31 de março, durante a inauguração das novas instalações da Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC), em Bruxelas, o Comissário da Agricultura Janusz Wojciechowski destacou "o papel que os pequenos e agricultores desempenham para garantir a segurança alimentar na Europa."

Para a ECVC, organização da qual a CNA faz parte e que reúne pequeno/as e médio/as agricultores e trabalhadores agrícolas com 31 organizações membros em 21 países europeus, a inauguração dos novos escritórios em Bruxelas marcou um momento histórico importante no fortalecimento do movimento camponês europeu. Foi também uma oportunidade para compartilhar as suas posições sobre os objetivos, as ferramentas e a aplicação da soberania alimentar, a Estratégia "Do Prado ao Prato" e outros temas e questões agrícolas fundamentais, em particular no que diz respeito à guerra na Ucrânia e às implicações que terá para a Segurança e soberania alimentar de cada país e cada povo.

Durante a reunião com o Comissário e na cerimónia subsequente, a ECVC sublinhou a sua solidariedade para com o povo Ucraniano que sofre as consequências mais dramáticas desta guerra. Em particular, a ECVC destacou o papel daqueles que



Folha Informativa SRADR 2022-04-08



Outras Notícias da Comissão Europeia

vivem e trabalham no meio rural, muitas vezes invisíveis. Os pequenos agricultores ucranianos resistem à guerra produzindo alimentos para a população do país.

A ECVC está empenhada em apoiar a agricultura camponesa e familiar na Ucrânia e, em particular, para preparar o futuro, a fim de permitir a reconstrução da agricultura camponesa e familiar neste país devastado o mais rápido possível.

O sistema neoliberal, a especulação financeira e a falta de soberania alimentar tornam os sistemas alimentares cada vez mais dependentes de importações e exportações. Nesse contexto, a guerra na Ucrânia está a mostrar a fragilidade de nossos sistemas alimentares e a desestabilizar ainda mais o sistema agroalimentar em todo o mundo. Na Europa, os precos dos alimentos estão a subir rapidamente e alguns países do Médio Oriente, África e Sul da Ásia já começam a passar por crises devido aos preços muito elevados dos cereais nos mercados internacionais.

Nestas circunstâncias, a ECVC reafirmou que o papel dos agricultores é produzir alimentos saudáveis ??e acessíveis para as pessoas e neste momento de crise internacional as instituições devem concentrar-se na implementação de mecanismos e ferramentas que garantam esse papel no quadro das políticas agrícolas.

Na sua intervenção na cerimónia de inauguração, Morgan Ody, do Comité Coordenador da ECVC, sublinhou que "a Europa abandonou os pequenos agricultores. Dos 10 milhões de agricultores da União Europeia, a grande maioria não são agricultores com milhares de hectares, mas sim pequenos ou médios agricultores que praticam uma agricultura diversificada e territorializada. Mais de 70% das explorações agrícolas da UE têm menos de dez hectares e não têm acesso a ajudas da PAC porque são muito pequenas. Por outro lado, os nossos rendimentos dependem dos preços agrícolas a que vendemos a nossa produção. Não pedimos mais dinheiro público, mas sim regulação e proteção dos mercados agrícolas para obter preços que cubram os custos de produção e garantam uma remuneração decente para agricultores e trabalhadores rurais.

O próprio Comissário sublinhou também o papel que os pequenos agricultores devem desempenhar para garantir a segurança alimentar na Europa. "Existe um mito na Europa e na opinião pública de que para a produtividade, precisamos de explorações agrícolas industriais em grande escala. É absolutamente falso, as estatísticas demonstram que os grandes agricultores não são os líderes da produtividade, mas sim que os pequenos e médios agricultores usam uma pequena percentagem de terras agrícolas e produzem a maior parte da produção agrícola."

Fonte - Comissário da Agricultura sublinhou importância dos pequenos e médios agricultores - Agroportal



Estudo sobre rotulagem de bem-estar animal

Este estudo sobre rotulagem de bem-estar animal para a Comissão Europeia (Direção Geral de Saúde e Segurança Alimentar, DG SANTE) reuniu evidências para apoiar possíveis iniciativas relacionadas à rotulagem de bem-estar animal na União Europeia. O estudo envolveu a coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos sobre a conscientização dos consumidores sobre os padrões de bem-estar animal e a demanda por mais informações. Também envolveu a coleta de dados sobre os esquemas de rotulagem existentes com alegações de bem-estar animal encontrados na UE e a avaliação de seus designs e

Estudo sobre rotulagem de bem-estar animal

Fonte - Study on animal welfare labelling - Publications Office of the EU (europa.eu)



Notícias do Conselho



Conselho adota conclusões sobre a agricultura de baixo carbono

Os ministros da Agricultura aprovaram conclusões sobre a agricultura de baixo carbono, baseando-se nos aspetos relativos à agricultura e à silvicultura da comunicação da Comissão sobre ciclos do carbono sustentáveis, e procurando incentivar práticas agrícolas que contribuam para a captura de carbono da atmosfera e para a sua fixação de forma sustentável nos solos



Folha Informativa SRADR 2022-04-08



Notícias do Conselho

ou na biomassa. Essas práticas podem incluir, na agricultura, a plantação de sebes ou de árvores, o cultivo de leguminosas, a utilização de culturas secundárias e de culturas de cobertura, a agricultura de conservação e a preservação de turfeiras, e, no caso da silvicultura, a florestação ou a reflorestação.

Nas conclusões especificam-se as expectativas do Conselho quanto ao quadro de certificação para as remoções de carbono, que será objeto de uma proposta legislativa no final do ano, com o objetivo de valorizar economicamente práticas que aumentem as remoções e o armazenamento de carbono, com base em requisitos de medição cientificamente comprovados.

Nas suas conclusões, o Conselho congratulou-se com a comunicação e reconheceu o papel fundamental que a agricultura e a silvicultura podem desempenhar no combate às alterações climáticas através da absorção do carbono da atmosfera. Os ministros reconheceram igualmente a importância de prever incentivos e apoios financeiros suficientemente apelativos para os agricultores e silvicultores em complemento da política agrícola comum, provenientes tanto do setor público como privado, a fim de os encorajar a adotar estas práticas benéficas para o clima. Além disso, os ministros apoiaram o plano da Comissão de criar um grupo de peritos composto por representantes dos setores da agricultura e da silvicultura e consideraram que este grupo poderá avaliar e ter em conta os sistemas de certificação carbónica existentes e partilhar exemplos de boas práticas em toda a UE. Convidaram ainda a Comissão a analisar juntamente com este grupo a possibilidade de alargar essa certificação à redução dos gases com efeito de estufa, em especial o metano e o óxido nitroso.

Os Estados-Membros salientaram igualmente que o principal objetivo da agricultura da UE, tal como estipulado nos Tratados, é garantir a segurança alimentar e que este objetivo não deverá ser comprometido. Por último, as conclusões salientaram a importância de ter em conta as especificidades regionais e de evitar encargos administrativos desnecessários aquando da criação do quadro de certificação, que deverá ser o mais simples e transparente possível.

Contexto

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, um dos objetivos acordados ao abrigo da Lei da UE em matéria de clima é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 55 % até 2030 em comparação com os níveis de 1990, para que a UE possa alcançar a neutralidade climática até 2050. As remoções de carbono (ou seja, a remoção de CO₂ da atmosfera e as suas várias formas de armazenamento, por exemplo, pelas florestas ou pelas plantas, bem como protegendo os solos ricos em carbono) podem desempenhar um papel crucial para alcançar a neutralidade climática. A comunicação da Comissão sobre ciclos do carbono sustentáveis, adotada em 15 de dezembro de 2021 no âmbito do pacote Objetivo 55, visa contribuir para o desenvolvimento de soluções sustentáveis de remoção de carbono. Além disso, representa um primeiro passo no sentido de definir um quadro de certificação para as remoções de carbono, que será objeto de uma proposta legislativa.

- Comunicação da Comissão sobre os ciclos de carbono sustentáveis
- Conclusões do Conselho sobre os aspetos da agricultura e da silvicultura na comunicação da Comissão Europeia sobre os ciclos do carbono sustentáveis

Fonte - Conselho adota conclusões sobre a agricultura de baixo carbono - Consilium (europa.eu)



Conselho de Agricultura e Pescas, 7 de abril de 2022

PRINCIPAIS RESULTADOS

Comunicação da Comissão sobre a salvaguarda da segurança alimentar

A Comissão apresentou a sua comunicação de 23 de marco de 2022 sobre a salvaguarda da segurança alimentar e o reforço da resiliência dos sistemas alimentares, que estabelece uma série de medidas destinadas a fazer face ao impacto da guerra na Ucrânia na segurança alimentar, tanto na UE como a nível mundial.

De um modo geral, os ministros congratularam-se com a comunicação, bem como com as medidas postas em prática para apoiar os agricultores, que foram discutidas na reunião do Conselho de março. Concordaram que, graças à política agrícola comum (PAC), o abastecimento alimentar na UE não está em risco.



Folha Informativa SRADR 2022-04-08



Notícias do Conselho

Muitos estados membros destacaram a importância de fornecer ajuda alimentar e outras assistências à Ucrânia e de manter, tanto no mercado europeu quanto internacionalmente, o livre fluxo de comércio de produtos agrícolas para apoiar as regiões afetadas pela redução das exportações russas e ucranianas.

Os ministros também aprovaram o pacote de medidas introduzido pela Comissão para continuar a salvaguardar a segurança alimentar na UE, incluindo medidas de mercado no âmbito da PAC, capacidade no âmbito da PAC para mobilizar áreas retiradas de produção para aumentar a produção e um quadro temporário de crise para auxílios estatais. Durante o debate, a delegação croata, apoiada por outros, compartilhou informações sobre a necessidade de novas medidas temporárias para apoiar as fazendas e garantir a segurança alimentar.

Muitos ministros insistiram ainda na necessidade de fortalecer a resiliência do setor, reduzindo sua dependência de insumos e aumentando a inovação, dizendo que isso exigia o desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo.

- Comunicação da Comissão sobre a salvaguarda da segurança alimentar e o reforço da resiliência dos sistemas ali-
- Anexos da comunicação da Comissão;
- Alimentar a Europa 60 anos de política agrícola comum.

Situação do mercado após a invasão da Ucrânia

Os Ministros convidaram Mykola Solsky, o novo Ministro da Política Agrária e Alimentação da Ucrânia, a dirigir-se ao Conselho em relação aos pedidos específicos que apresentou à Presidência e à Comissão para apoio ao sistema de produção agrícola da Ucrânia. O Conselho manifestou o seu total apoio e total solidariedade com a Ucrânia. A Comissão apresentou as respostas atualmente em curso para dar resposta aos pedidos ucranianos, tanto em termos de ajuda alimentar como de apoio à produção agrícola.

Além disso, com base nas informações comunicadas pela Comissão e pelos Estados-Membros e seguindo as orientações do Conselho Europeu, os ministros procederam a uma troca de opiniões sobre a situação atual do mercado dos produtos agroalimentares e a situação do setor agrícola da UE, com especial destaque para a o impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia. Os ministros confirmaram a vontade do setor agrícola da UE e da PAC de produzir o suficiente para salvaguardar a soberania alimentar da UE e contribuir para a segurança alimentar global. Os ministros também partilharam as suas ideias sobre as medidas de mercado recentemente adotadas, que visam continuar a satisfazer as necessidades alimentares da UE e garantir a segurança alimentar global.

A discussão concentrou-se no impacto sobre os produtores no curto e médio prazo do aumento dos custos de insumos como energia, combustível, fertilizantes e ração animal, bem como os fatores que podem afetar os custos e, portanto, os preços. O Conselho tenciona acompanhar de perto a situação e está pronto a adotar novas medidas em cumprimento das disposições do Tratado UE relativas ao papel da PAC.

Revisão do regulamento de uso da terra, mudança de uso da terra e silvicultura (LULUCF)

Os ministros da Agricultura debateram a revisão em curso do regulamento LULUCF. Esta revisão faz parte do pacote Fit for 55, que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa da UE em 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Os ministros discutiram os aspetos agrícolas da revisão proposta, incluindo os métodos que os setores agrícola e florestal usarão para relatar armazenamento e emissões, riscos climáticos e biológicos específicos para os setores agrícola e florestal, e a criação de uma agricultura, silvicultura e pilar de outros usos da terra (AFOLU) incorporando emissões não-CO2 da agricultura. Embora o Conselho tenha manifestado o seu apoio à revisão, alguns ministros manifestaram preocupação, em particular, quanto às metodologias de elaboração de inventários e de tomada em consideração das perturbações naturais na prossecução dos objetivos anuais. Os países com indústrias florestais significativas também questionaram a obrigação sob o regulamento de compartilhamento de esforços de transferir seus créditos LULUCF não utilizados para outros estados membros após 2030.

Pacote «Fit for 55»: aspetos agrícolas da revisão do regulamento LULUCF



Folha Informativa SRADR 2022-04-08



Notícias do Conselho

Outros tópicos de discussão

Durante o dia, em "outros assuntos", a Presidência informou os ministros sobre os trabalhos em curso no Conselho sobre a vacinação contra a gripe aviária de alta patogenicidade e a Comissão apresentou a sua proposta de revisão do regime das indicações geográficas.

Ciclos de carbono sustentáveis

Os ministros aprovaram as conclusões do Conselho sobre a parte agricultura e silvicultura da comunicação da Comissão sobre ciclos de carbono sustentáveis. Esta comunicação, publicada a 15 de dezembro de 2021, estabelece formas de incentivar práticas agrícolas que contribuam para a redução da quantidade de carbono na atmosfera, de modo a contribuir para o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na UE em 55% até 2030. as medidas mencionadas são uma proposta legislativa para um quadro de certificação de remoções de carbono, que permitiria explorar economicamente o carbono no solo, mobilizando recursos de fontes públicas e privadas, e a criação de um grupo de especialistas para analisar essas questões com mais detalhes.

- Conselho adota conclusões sobre a produção de carbono (comunicado de imprensa, 7 de abril de 2022);
- Conclusões do Conselho sobre a comunicação da Comissão sobre ciclos de carbono sustentáveis nos setores agrícola e florestal;
- Comunicação da Comissão sobre ciclos de carbono sustentáveis.

Reunião dos ministros da agricultura do G20, Bali 13-15 de setembro

O Conselho adotou orientações atualizadas que definem as prioridades da UE e dos seus Estados-Membros na próxima reunião dos ministros da agricultura do G20, que terá lugar em Bali, na Indonésia, em 13 e 15 de setembro.

Fonte - Agriculture and Fisheries Council - Consilium (europa.eu)